

ATA Nº. 4

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 25-02-2022
--

---No dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois, reuniu, ordinariamente, a Assembleia Municipal do Entroncamento, sob a Presidência do Senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves** e o Senhor **Fernando Jorge Vieira Maurício**, primeira e segundo Secretários respetivamente. -----

--- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

-- Em representação do **Partido Socialista**: -----

---- Ricardo José Pires Antunes, Pedro Miguel Calado Gomes, Ana Cristina de Jesus Almeida Coelho, Susana Isabel Caetano Domingos e António Manuel Henriques Miguel. ---

--- Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

--- Maria Paula Barral Carloto de Castro, Tiago Nuno Alfaro de Lima Pereira Carlos Manuel Dóres Alves, Susana Paula Matos Vieira da Cruz, Dominique Gaspar Ventura, Leonardo de Pinho Rodrigues e Maria João Gil dos Santos Grácio. -----

-- Em representação do **Partido Chega**: -----

--- Carlos Pedro Lopes Gomes Antunes Monteiro, Fernando Manuel Andrade Farinha e Carla Sofia Lopes Sarroeira-----

--- Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

-- Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

--- Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

--- Bruno Filipe Nunes Farinha do Nascimento e Melo-----

-- Em representação do **Bloco de Esquerda** -----

--- Maria do Céu dos Santos Carvalho

--- Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: ----

-- Rui Cardoso Maurício. -----

--- Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor:-----

--- Ezequiel Soares Estrada. -----

--- Não compareceram a esta sessão, cujas faltas justificaram, os seguintes deputados municipais: Lúcia Dias Abelha (PS), Mário André Balsa Gonçalves (PS), Francisco José Velez Gaspar (PS), Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta (PSD), Teresa Maria de Carvalho Pereira Lucas (PSD).-----

--- Estiveram presentes pela **Câmara Municipal** o Sr. Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino, Anabela Valente de Carvalho, Rui Pedro Dias Gonçalves e Luís José da Silva Forinho. -----

---- Fez-se um minuto de silêncio em memória da menina Beatriz, que faleceu num acidente na nossa cidade, no passado dia 28 de janeiro. -----

---- Tomaram posse, em substituição, os senhores deputados Fernando Jorge Vieira Maurício, Susana Isabel Caetano Domingos, António Manuel Henriques Miguel, Maria João Gil dos Santos Grácio. -----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos.-----

--- Continuando, o senhor Presidente da Assembleia recordou que todo o expediente recebido tem sido, de imediato, reencaminhado para conhecimento de todos os senhores deputados municipais. De seguida, solicitou que, tendo em conta os vários assuntos constantes da ordem do dia, todos os intervenientes fizessem as suas intervenções com a maior objetividade e clareza possíveis.-----

--- Pediu, ainda, que todas as intervenções que sejam feitas e que os Srs. Deputados pretendam ver incluídas em ata sejam enviadas, com a maior brevidade, para o e-mail da Assembleia Municipal, de forma a facilitar e agilizar a realização da ata.-----

--- Os trabalhos tiveram início com a **aprovação da ata número três**, relativa à sessão ordinária de 07 de dezembro. Colocada a ata para aprovação, foi a mesma aprovada por unanimidade, pelos senhores deputados presentes naquelas sessões.-----

---Passou-se ao **PAOD – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo sido feitas as seguintes intervenções:-----

--- Maria do Céu Carvalho do Bloco de Esquerda, que apresentou as Moções que a seguir se transcrevem, interveio sobre a situação na Ucrânia, que é um assunto que não é só de um partido, mas de todos, enquanto sociedade. Apercebeu-se que no Entroncamento havia uma comunidade significativa de ucranianos (cerca de duas centenas de pessoas) e também chegaram este ano algumas crianças vindas da Ucrânia, para o Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, pelo que teve a sensibilidade para esta situação.-----

Havendo tantas pessoas, entendeu fazer esta saudação à comunidade ucraniana e dizer que estão com eles na dor que estão a sentir que também é de todos, mas mais deles porque tem a ver com seu passado e o lugar onde nasceram.-----

«**Paz na Ucrânia**-----

O pesado e ameaçador cerco militar da Ucrânia e a invasão do território ucraniano por parte da Rússia, para além de ilegítimas e ilegais ingerências num país soberano, são uma ameaça à paz mundial, que ninguém pode ignorar e deixar de condenar.-----

O aparato militar de que a Rússia se queixa de estar rodeada, sendo uma realidade, em caso algum justifica a amputação violenta de uma parte da Ucrânia e, muito menos, uma ampla ofensiva militar que provoca o sofrimento a milhões de pessoas.-----

No Entroncamento, residem centenas de ucranianos e suas famílias, algumas com descendentes já nascidos no nosso país. São uma comunidade integrada, respeitada e muito apreciada pelo contributo enriquecedor da nossa cidade, adotada como sua.-----

Neste momento tão difícil, são pessoas a viver momentos angustiantes, de medo pelo que, na Ucrânia, atinge violentamente as vidas dos seus pais, dos seus irmãos, dos seus filhos, das suas famílias, enfim, e do seu país de origem.-----

Nestas circunstâncias, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida 25 de fevereiro de 2022, considera:-----

1. Saudar a comunidade ucraniana residente no nosso concelho e manifestar-lhe a sua inteira solidariedade, nos momentos difíceis por que está a passar;-----
2. Valorizar positivamente todos os esforços para encontrar uma solução pacífica do diferendo que opõe a Rússia à Ucrânia, pondo fim à invasão, à guerra e ao derramamento de sangue.»

--- Pediram a palavra a Senhora Deputada Paula Carloto e os Senhores Deputados Pedro Gonçalves, Ricardo Antunes e Carlos Monteiro, que fizeram as seguintes intervenções:-----

Paula Carloto (PSD): Congratulou-se com o Bloco de Esquerda em ter apresentado esta Moção. Como disseram e bem, há temas que não têm a ver com questões ideológicas, tem a

Comentário [C1]: Ver a votação de Bruno Melo

ver com questões de humanidade, civismo, civilidade e urbanidade e, nesse sentido, obviamente, o PSD só se podia congratular com uma Moção deste teor, em que se solidarizam com o povo ucraniano e lhe apresentam a sua disponibilidade, para ajudar numa altura em que todos eles precisam de ajuda.-----

Propôs ao Bloco de esquerda, em relação a esta e às outras Moções, que as subscrevem e aprovam todas, no que diz respeito às deliberações da Assembleia.

Aproveita para dizer que considera muito importante que a Assembleia toda, unanimemente aprove estas Moções, pois tem a ver com três temas transversais que nos compete a todos ser solidários e urbanos, tem a ver com a problemática das mulheres, que é velho, mas que não é resolvida, tem a ver com a problemática da Ucrânia que é nova infelizmente muito recente e tem a ver com a problemática da segurança, infelizmente para o Entroncamento também já começa a ser velha. É uma coisa que os deve unir a todos. -----

O Voto do PSD, se o Bloco estiver de acordo em apresentar apenas a parte deliberativa, será Voto favorável. -----

----- **Pedro Gonçalves (CDS):** O CDS parabeniza o Bloco por trazer esta moção. É importante a solidariedade entre os povos europeus. Com uma comunidade de cerca de 200 a 220 Ucranianos que ajudam a nossa vivência, pessoas inseridas na nossa comunidade, que trabalham e ajudam o Entroncamento.-----

----- **Ricardo Antunes (PS):** Começou por referir que o Bloco de Esquerda inseriu uma moção que todos nós, hoje em dia, temos em mente. É algo que está às nossas portas, esta dimensão da moção da comunidade ucraniana.-----

---- “Naturalmente, (disse) não iremos votar contra ou abstermo-nos, mas estendia a todo o povo ucraniano que neste momento está a ser alvo de uma *barbárie vil*, que, esperamos todos, termine o mais breve possível. Esta guerra foi o rompimento de um longo período de paz que decorria no continente europeu e que esperamos, seja rapidamente resolvido e que a paz seja reestabelecida ao povo ucraniano, assim como a estabilidade. Além de todas as questões que têm relativamente à forma de agir de cada país existe uma dimensão essencial que é o humanismo.”-----

---- **Carlos Monteiro (CHEGA):** Agradeceu ao Bloco de Esquerda por esta moção da Ucrânia, referindo que “quer queiramos quer não, abrange todos os partidos, são todos portugueses e solidários. “-----

---- O partido Chega mostrou indignação pelos acontecimentos na Europa de leste, mencionando que são e serão sempre a favor da paz, da liberdade e democracia de qualquer povo soberano. O colapso da União Soviética em 1991, permitiu a convocação do referendo que resultou na independência da Ucrânia e a Rússia que nunca aceitou a independência da Ucrânia, tentando sempre bloquear a aproximação de Kiev ao Ocidente. Continuou referindo que existe um clima de terror imposto pela Rússia à Nação ucraniana ao longo dos anos e nas últimas semanas, o que é intolerável. O povo europeu em pleno sec. XXI deve ser respeitado assim como a soberania. A teimosia e demonstração de poder por parte de Ucrânia só tem causado sofrimento a uma população soberana e que só pretende ser livre e não viver em clima da tensão. -----

---- **VOTACÃO DA MOÇÃO** -----

---- A Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, três votos do CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária um voto do Centro Democrático Social, e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

----Seguidamente, Maria do Céu Carvalho do Bloco de Esquerda, apresentou a seguinte Moção: -----

«**Dia Internacional da Mulher** -----

Há 45 anos, a Organização das Nações Unidas oficializou o Dia Internacional da Mulher, como símbolo das lutas das mulheres operárias em várias partes do mundo desde o final do século XIX. O dia 8 de março tornou-se um marco na história da emancipação das mulheres, mas é também um dia para ganhar balanço para a luta pelos direitos que ainda lhes são negados.-----

---O que começou por reivindicações por direitos de cidadania e do direito ao voto das mulheres firmou-se como o início de muitas lutas que determinaram conquistas marcantes no campo da igualdade de tratamento e de oportunidades. -----

---Em Portugal, as mulheres têm hoje não só direito ao voto sem restrições, como direito ao aborto seguro. São maioritárias no ensino superior, integram em força o mercado de trabalho e conquistaram a representação política.-----

---Quatro décadas de democracia permitiram avanços notáveis na luta pela igualdade entre homens e mulheres. Mas persistem desigualdades estruturais em várias esferas da vida, a imprimir uma linha divisória entre elas e eles e espelhar uma teia de relações de dominação cujo fio condutor é o sistema patriarcal dominante. -----

---Aqui e em todo o mundo, a opressão secular do sistema patriarcal teima em querer subalternizar as mulheres por serem mulheres. Permanecem os estereótipos de género que condicionam escolhas educativas e profissionais, a segregação nos cargos de chefia e liderança e a desigualdade salarial que se agrava na reforma. Perdura a desigual repartição no exercício das responsabilidades domésticas e com os filhos, assim como a feminização da precariedade, da pobreza e da exclusão social. Mantém-se a naturalização do assédio e da violência doméstica e continuam a morrer mulheres em relações de intimidade. São as mulheres as principais vítimas de tráfico, exploração sexual e violação e a justiça machista insiste em desvalorizar a violência, desculpabilizar agressores e responsabilizar as vítimas. Sabemos que estas violências são mais profundas quando se cruzam múltiplas discriminações e por isso esta deve ser uma luta interseccional e internacional. -----

---O ano que marca o vigésimo sétimo aniversário da Plataforma de Ação de Pequim, instrumento internacional de referência para a eliminação dos obstáculos à plena igualdade entre homens e mulheres, confirma o crescimento dos movimentos em todo o mundo. Portugal não é exceção e no parlamento e fora dele, assiste-se ao recrudescimento do conservadorismo e reacionarismo, dos comportamentos racistas, machistas e misóginos que trazem consigo a ameaça do retrocesso de direitos, da igualdade, da solidariedade. -----

---Por todas as mulheres e com todas as mulheres, o objetivo da Igualdade exige o combate à cultura machista e a coragem de alterar as estruturas do poder estabelecido, os papéis estereotipados e a opressão sobre as mulheres. -----

---A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida a 25 de fevereiro de 2022, saúda o Dia Internacional das Mulheres, celebra as conquistas alcançadas e reafirma o seu compromisso com as lutas que ainda faltam travar.» -----

----- Continuando, Maria do Céu Carvalho do Bloco de Esquerda, apresentou a seguinte Moção: -----

----- **«Segurança para uma cidade de todas as pessoas** -----

---A cidade do Entroncamento deve ter, como um dos seus principais objetivos, a construção de uma cidade mais inclusiva. Isto é, uma comunidade na qual todas as pessoas se sintam bem e gostem de viver, de forma a atrair novas gerações e a crescer de forma sustentável. -----

---Este objetivo, porém, tem vindo a ser posto em causa, nomeadamente pelo aumento da insegurança sentida pelos seus habitantes, a qual tem de ser combatida com seriedade e não com o extremismo populista, que vive do medo e da discriminação. -----

---Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em 25 de fevereiro de 2022, -----

- Manifesta a sua mais profunda preocupação pela degradação da perceção de segurança justificadamente sentida pelos cidadãos; -----

- Pronuncia-se pela urgente construção da esquadra da PSP e pelo aumento dos efetivos policiais a operar no concelho; -----
- Defende, em particular, um frequente policiamento de proximidade e uma intervenção rápida e assertiva, sempre que necessário; -----
A introdução nas vias rodoviárias de mais eficientes medidas de acalmia de tráfego.» -----
---- Pediram a palavra aos Senhores Deputados Pedro Gonçalves, Susana Vieira e Ricardo Antunes, que fizeram as seguintes intervenções: -----

-----**Pedro Gonçalves (CDS):** Recorda algo escrito no dia 8/03/2016, ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Executivo do Município do Entroncamento, dizendo “o nosso município como é seu conhecimento atravessa um período menos feliz na área da segurança e volto a relembrar, 8/03/2016. Os últimos meses têm sido repletos de infelizes, na área da segurança tanto das pessoas como dos seus bens. É cada vez mais comum na nossa cidade ouvir falar de factos de vandalismo, violência, roubos, furtos e mais. Essa carta dizia que a liberdade dos nossos munícipes e comerciantes começava a ser condicionada, os nossos comerciantes viviam em estado de alerta, era preciso ser uma cidade segura, que era preciso mais do que saber, preciso intervir, era preciso um plano de segurança para a nossa cidade. Apelava com maior brevidade e urgência que fossem tomadas medidas para a segurança, não algo que sabemos o que é, infelizmente não sentimos naqueles dias e dizia que sabemos que os seus poderes eram limitados nesta área, mas apelamos que em conjunto com a PSP, que o Ministério da Administração Interna, com as forças da cidade possa traçar um plano de segurança para hoje. Acreditamos que este problema para si era uma prioridade em 2016, Sr. Presidente, precisamos de atos e não de intenções, a população do Entroncamento está cansada deste clima de insegurança. Dizia, ainda, que não somos nem queríamos ser os profetas da desgraça mas que os últimos acontecimentos levavam o CDS-PP Entroncamento a tomar essa posição e de não vogar este assunto ao concelho municipal de segurança, que era um excelente concelho municipal onde todos nós ativamente participávamos, dizia também que urgia o tempo, e era preciso uma celeridade de tomada de real posição. Dizia, também, que os comerciantes diariamente nos alertavam para este problema, que as nossas crianças também nos alertavam e dizíamos que não podíamos ficar indiferentes, ao qual o excelentíssimo Sr. Presidente respondeu que estamos conscientes que certas áreas devidamente sinalizadas merecem atenção especial e fruto da sua especificidade socioeconómicas e da prática retardada de comportamentos desviantes. Dizia também que a autarquia em conjunto com a PSP local e distrital, estavam ao longo destes 2 anos e meio a ter intervenções sistemáticas no sentido de devolver a autoridade democrática às zonas da cidade onde no passado se aceitava todo o tipo de comportamentos.-----

---Também dizia o Sr. Presidente que poderia apontar inúmeros exemplos e depois dizia que assim não atingimos a situação desejável. Concordamos que evoluiu muito, dizia também que o efetivo tem sido aumentado e rejuvenescido, temos assistido a um esforço de patrulhamento com recurso a meios Operacionais do Comando Territorial da PSP e que esse reforço e colaboração da PSP vai-se manter e se necessário aumentará. Dizia assim, mas temos consciência que não chega, que a segurança do entroncamento é um processo que precisa de continuar a ser trabalhado por todos os parceiros, isto é o Ex Sr. Presidente Jorge Faria a responder-me e em especial por parte do Concelho Municipal de Segurança.” E continuou “Como diz e bem o Entroncamento merece mais. Ao qual eu agradei as suas gentis palavras e lhe dei três preciosos conselhos: que era preciso que ao conselho municipal não bastasse reunir mas sim traçar o plano para recuperar a segurança na cidade; depois dizia para solicitar ao Excelentíssimo Ministro da Administração interna para agendar uma vista para poder ver o que se passava no Entroncamento e dizia, ainda eu, que nessa mesma visita devíamos agendar que se reunisse com todos nós para criar condições o mais breve possível para que possa fazer

ações de sensibilização junto das escolas e população em geral. Sr. Presidente, eu não quis nem quero ser o profeta da desgraça, mas não podia depois desta excelente moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, relembrar que em 2016 o excelentíssimo presidente prometeu que iria fazer mais pela segurança da cidade. O que não conseguiu. Eu, Senhor Excelentíssimo Presidente se estivesse no seu lugar depois de ter recebido esta carta, de ter respondido desta maneira e ao final de seis anos as coisas estivessem na mesa, eu não seria mais Presidente da Câmara.” Concluiu. -----

-----**Susana Cruz (PSD):** “Um cego não é aquele que não vê, mas o que se recusa a enxergar a realidade. Este adágio popular define a atuação do Executivo PS no último mandato relativamente a uma das traves mestres de qualquer Concelho, que é a segurança. Iniciou-se um novo ciclo com as eleições autárquicas, mas o Executivo PS, persistiu no erro que vem a cometer há 4 anos, em negar a existência de problemas de segurança e criminalidade na cidade. Os eleitos do PSD sempre denunciaram as ocorrências de criminalidade, atos de vandalismo em várias zonas da cidade, corridas de carros realizadas em artérias da nossa urbe, devidamente identificadas e levadas a cabo por pessoas e indivíduos também identificados, assaltos a pessoas e residências, insegurança rodoviária. Em suma uma crescente onda de insegurança que há muitos anos tem vindo a invadir a nossa cidade. Já no passado urgia que o executivo tivesse uma estratégia de gestão da segurança na cidade adequada as características e perfil da nossa urbe tendo em atenção que a localização geográfica, quer a localização ferroviária. Foram, denunciados casos concretos, exibidas estatísticas, com a advertência para as consequências domina a ação, mas o Executivo PS sempre rejeitou as propostas apresentadas pelo PSD. Por desvalorizar as queixas dos munícipes, talvez para se convencer a si próprio que a cidade do entroncamento era uma cidade segura, argumentando tratar-se e passo a citar “uma falsa sensação de insegurança”. Os Vereadores do PSD desde o início deste novo mandato que relatam novos e concretos episódios de insegurança na cidade, tendo proposto a realização de reunião, quer no Comando Nacional da PSP, quer com o Comando Local, quer com técnicos qualificados na temática de segurança e ordenamento de trânsito para identificar soluções e medidas a implementar no trânsito que melhorassem as problemáticas há muito identificadas. Como a colocação de lombas redutoras de velocidade ou quaisquer outros dispositivos limitadores da velocidade, bem como a instalação de um sistema de vídeo vigilância eficaz e abrangente a totalidade das áreas problemáticas da nossa cidade. Este último objetivo é para garantir a segurança de pessoas e bens para a prevenção da prática de crimes em locais com risco da sua ocorrência, mas até ao momento nada foi feito e uma tragédia ocorreu, um grave acidente de viação que fez uma lamentável vítima mortal. No presente, a cidade do entroncamento é notícia em várias estações televisivas pelas piores razões, mostrando ao país uma cidade insegura onde há corridas de carros dia e noite, atos de vandalismo de equipamentos públicos e propriedades privadas, assaltos a pessoas e residências, um comércio afetado pela insegurança e vandalismo, episódios de agressão e *bullying* nas nossas escolas. Eis então que o Sr. presidente da câmara é forçado a admitir a necessidade de uma intervenção ativa para combater episódios de insegurança. Referindo-se aos assaltos como e passo a citar “tem havido alguns caos de intromissão em residências” parecendo ter vergonha de utilizar as palavras certas, estes são crimes de furto, roubo, assaltos e criminalidade contra o património e aquilo que no pretérito apelidou de uma falsa sensação de insegurança passou a ser uma dura e verdadeira realidade para a qual se generalizou de encontrar um culpado. A polícia de segurança pública do Entroncamento, por falta de, e passo a citar “de fiscalização ativa na nossa cidade” sacudindo assim a responsabilidade que também é do executivo. É importante a comunidade acreditar e confiar nas nossas instituições. Que a Polícia de Segurança Pública é uma instituição de respeito e autoridade e que os políticos têm de assumir responsabilidades. É urgente definir uma estratégia de segurança na cidade, a segurança deve ser vista como a de

intervenção prioritária, adotar medidas concretas e musculadas para garantir a segurança de pessoas e bens e a prevenção da prática de crimes em locais com risco da sua ocorrência, realizar um estudo que o executivo aceitou incluir no orçamento para este ano e implementar rapidamente um sistema de vídeo vigilância, com a colocação de várias câmaras em zonas críticas e estratégicas da cidade. A título de exemplo, a cidade de Leiria aumentou de 19 para 61 câmaras de vídeo vigilância na cidade. Atento o sucesso da sua implementação em 2018 na prevenção da prática de crimes, sendo que este sistema de vigilância teria obviamente de estar ligado à central da PSP que ativasse o modo operacional e com um funcionamento de 24h por dia. A polícia necessita de apostar na prevenção, nas parcerias, na identificação e resolução de problemas do cidadão através de um policiamento de proximidade. Há anos que é urgente a construção de uma nova esquadra da polícia, todos sabemos, era desejável que esta Assembleia Municipal soubesse como está a ser projetada, qual o modelo de posicionamento previsto, em que se baseia o projeto, não sendo indiferente que era suposto a sua localização a sua organização em termos de eficácia do sistema policial, efetuar um estudo da segurança e ordenamento de trânsito com vista à implementação de dispositivos limitadores de velocidade, efetuar uma correta manutenção das ruas, estradas e passeios, marcação das vias com a devida sinalética vertical e horizontal, aproximação de cruzamentos e locais de stop assim como as passeadeiras; uma fiscalização das obras realizadas por terceiros nas estradas e ruas que são dadas como finalizadas, ainda com buracos e sem marcações no pavimento; a colocação de espelhos parabólicos; uma linha de atendimento ao munícipe para receber as queixas e já assegurada a rápida resposta publica as questões publicadas, que no presente não existe. São vários os municípios que nos abordam e se queixam que enviam um email para a câmara e relatar situações em que não existe sinalização nomeadamente parabólica, ou em locais que existiam, mas que se partiram, muitas vezes os próprios carros de recolha do lixo, partem essa sinalização e a mesmo não é reposta e não é dada resposta aos munícipes. Cumprir os rácios para a colocação de assistentes operacionais na ótica da fiscalização e prevenção de ocorrências de violências nas escolas. Todas estas situações são urgentes. Posto isto, pergunto se ainda garante que somos a cidade mais segura do medio tejo como afirmou em um passado muito recente no decurso de uma assembleia da camara municipal, rebatendo aquilo eu a oposição do PSD, vinha afirmando há muito, sobre o crescente aumento da criminalidade na cidade com efeitos diretos sobre a livre cidadania dos cidadãos quer sobre a qualidade de vida de todos estes. E, para finalizar, pergunto também ao Sr. presidente da camara se esta e cidade para as pessoas que desejou, uma cidade onde as pessoas tem medo de residir, onde os comerciantes e os empresários tem medo de se instalar e investir, uma cidade onde as crianças tem medo de circular. Se esse é o modelo de uma cidade, nós não o queremos.” -----

----- **Ricardo Antunes (PS):** Referiu que a moção do Bloco de Esquerda terá também aprovação da bancada do PS, mas no entanto, não poderia deixar de fazer alguns considerandos: que partilha da mesma opinião que a deputada Céu; que é triste ver a nossa terra ser retratada daquela forma mas, admite, que quem não conhece e vê as imagens, acredita. As notícias não retratam a nossa cidade, disse. Mencionou que há de facto locais na cidade que estão vetados ao abandono e pediu a criação de uma política efetiva para evitar a degradação dos imóveis assim como responsabilizar os proprietários. Nas suas palavras, existem duas dimensões que devemos ter em conta: a dimensão ativa e a passiva. A dimensão ativa cabe ao fiscalizador a quem tem a competência de garantir uma coisa chamada segurança pública, mas também, “cabe a cada um de nós, sobretudo às pessoas que tentam passar um cenário de caos da cidade que se vai propalando e retratando um Entroncamento que julgo que ninguém nesta sala também reconhece, sendo que algumas das imagens nem são do Entroncamento. Todos nós conhecemos casos de comportamentos menos próprios, rejeição de apresentação de queixas na PSP. A PSP não tem funcionado, nem cumprido a sua missão dificultando o

trabalho de quem operacionaliza qualquer estratégia de segurança montada nesta cidade e que não tenha a dimensão cooperativa que deve ter, para uma autarquia local. É preciso uma ação urgente naquele que é o braço executor de qualquer política de segurança aqui aplicada e ajudar numa função colaborativa. É importante ficar claro que as autarquias não têm nem exercem qualquer entender sobre a PSP, mas tem de cooperar, sobretudo quando as coisas não estão bem, (e não estão, tem que ser reconhecido) e exercer a sua magistratura de influência para quem as tutela e faça aquilo que tem a fazer. Há uma dimensão passiva da gestão do espaço público. É importante o cuidado com os espaços públicos porque as zonas degradadas tendem a degradar-se mais e também são considerados espaços ocupados por pessoas com atos baseados na incivilidade.” Entende, lembrando o discurso da deputada do PSD que falou anteriormente que, “devem ser desenvolvidos todos os estudos e estratégias a níveis da segurança da cidade e que também seja feito com a celeridade necessária, mas sem serem feitos em cima do joelho, para responder a qualquer dimensão de aproveitamento político e de investigação de comportamento que não são os mais adequados para ser resolvido efetivamente o problema.» --

---**Tomou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal:** Em primeiro lugar também gostaria de subscrever a solidariedade que foi aprovada por esta Assembleia, para com o povo ucraniano, com todos os ucranianos que vivam na nossa cidade, que fizeram desta cidade um local para viver e trabalhar, a nossa solidariedade e também, congratular-se por este voto de solidariedade aprovado pela Assembleia. -----

---Relativamente às questões da segurança para todas as pessoas, e já que lhe foi dada a palavra, gostava de saudar a Moção apresentada pela Deputada Maria do Céu Carvalho e dizer que votava a Moção. É uma Moção serena em que são apresentadas com seriedade, as questões que afligem a todos. -----

---Agradeceu a Moção apresentada e continuou.-----

---“Relativamente às intervenções que ouviram, pensam que é fácil, mas nunca os ouviram dizer que não existem problemas de segurança na cidade, sempre existiram, e herdaram problemas fortíssimos que têm vindo a tentar intervir e a tentar corrigir, não alinham e não acompanham as intervenções de pessoas que sistematicamente apenas querem valorizar ou dar visibilidade aos aspetos negativos. Não é forma de combater a segurança, não é estratégia nenhuma, não é servir a cidade, não é servir os nossos cidadãos. É bom que seja lembrado que em 2013, o executivo chefiado por mim, pelo PS, assumiu a liderança da Câmara. Nós tínhamos áreas da cidade que não era permitida a entrada aos cidadãos normais, como é o caso do Bairro Frederico Ulrich. Talvez a Senhora Deputada do PSD que fez intervenção, não conheça ou não se desse ao incómodo, mas o Bairro Frederico Ulrich só era possível entrar lá acompanhado pela polícia. Hoje tem uma realidade completamente diferente, em termos de estrutura física (este tinha 120 casas e foram demolidas 18 casas, no seu lugar está a ser construído um espaço verde, sobretudo que desguetizou). O bairro tinha um conjunto de riscos e situações que algumas ainda se mantêm, mas a sua maioria foram ultrapassadas. Obviamente não esquecemos, nem pusemos em cima da mesa que não havia problemas de segurança, temos trabalhado com todas as instituições da cidade, para os resolver. De facto, houve também um retrocesso recente, em 2013, tínhamos 50 efetivos na nossa esquadra e em outubro de 2021, contávamos com 37 efetivos e durante um largo período de tempo, desse número de efetivos, 14 estavam indisponíveis pelas mais variadas razões, 14 em 37, mas não bastando isso, até princípios do ano de 2021, houve um trabalho sempre profícuo entre a Câmara Municipal e todas as lideranças da Polícia de Segurança Pública do Entroncamento. Houve de facto uma degradação e que temos sistematicamente procurado contrariar quer através do reforço do efetivo da nossa esquadra quer através da melhoria da sua eficácia e, obviamente, também temos vindo a procurar intervir no espaço urbano nas mais variadas situações. -----

---Foi degradante assistir ao programa da SIC sobre o Entroncamento, a deputada Céu

Carvalho mencionou que não reconhecia os espaços e é verdade, uma parte das corridas apresentadas, nem sequer ocorreram no Entroncamento. Já foi identificado o local onde decorreram as corridas e foi enviado um email para o programa da SIC, sendo que estes reponderam ao abrigo da lei de resposta que iriam passar na segunda feira no final do programa, assim como pediram desculpa pelos erros. A desculpa apresentada pelos mesmos, foi que o vídeo foi disponibilizado por pessoas do *facebook* do Entroncamento. Foram identificadas as imagens, as ruas e a Freguesia de Marco de Canaveses onde aquilo aconteceu.

Outra situação: quem conhece o Entroncamento sabe que as imagens que aquele programa passou repetidamente, eram imagens da zona dos bares do Casal Saldanha, aquela zona está encerrada há 20 anos e passaram uma imagem do interior de um espaço privado que a Câmara tem andado a tentar intervir, mas que é desconhecido o proprietário. Foram essas duas imagens passadas pelo programa para descrever uma cidade em que ninguém podia sair à rua. Segundo eles e algumas pessoas que tem tentado passar essa mensagem sistematicamente nas redes sociais. Isso é um mau serviço ao Entroncamento, nós nunca escondemos nem dissemos que não temos uma constante preocupação”. Continuou dizendo que, sempre defenderam que relativamente a todos os cidadãos, há direitos e há deveres e é com base nisso que têm intervindo. “Não só alteramos a estrutura física como quando chegamos à Câmara tínhamos pessoas que não pagavam água do Bairro Frederico Ulrich há 70 meses, tinham ligações diretas. Temos vindo sistematicamente a corrigir essas discrepâncias de vida em sociedade. É injusto, pois parece que a senhora só descobriu os problemas de segurança agora e venha dizer que já fizeram muitas propostas, tirando uma proposta de uma brigada de intervenção na dependência do presidente da câmara e de vídeo vigilância, apresentado pelo CDS e pelo CHEGA, nos quais estamos a trabalhar para que seja cumprido no orçamento que assumimos de instalar a vídeo vigilância no entroncamento ainda que em termos societários eu não penso que seja a melhor solução, mas é uma solução, não existem soluções milagrosas, há vários contributos. Estamos a trabalhar ao nível da melhoria do espaço físico, daqui a pouco serão apresentadas imagens nesse sentido. Todas as sugestões, propostas e contributos são bem-vindos, para em conjunto procurar melhorar a vida na nossa cidade. Não são bem-vindas estas sistemáticas insinuações que a nossa cidade é uma cidade faroeste. A nossa cidade é boa para viver e tem qualidade de vida. Por isso até somos procurados por várias pessoas para virem viver na cidade, que aqui encontram um local de vida, trabalho e para refazer as suas vidas, portanto, agradeço os contributos, estamos disponíveis e interessados em propostas construtivas que ajudem a todos a ultrapassar esta situação”.-----

---“Relativamente ao *bullying* nas escolas” prosseguiu, “é outra forma muito populista de olhar para uma situação pontual que aconteceu em uma escola, uma situação de uma briga entre raparigas do sexo feminino onde o agrupamento atuou de imediato com a ativação de uma equipa técnica para acompanhar o processo que envolveu os pais, levantou procedimentos disciplinares, atribuiu culpas e tomou uma decisão disciplinar relativamente aos envolvidos e procura ajudar a mãe da rapariga a resolver o problema. É uma situação que não devia ter acontecido, mas se calhar aconteceu a todos quando tínhamos aquela idade, isso não torna as nossas escolas inseguras. É um erro estar a extrapolar uma situação pontual para dar a ideia que isso é uma generalidade. O próprio Agrupamento em conjunto com a Câmara tem desenvolvido um conjunto de temáticas e trabalhos, também nessa área do *bullying* que é uma matéria transversal a todos os jovens e cidades. Todos os professores e encarregados de educação tem prestado atenção a essa matéria e é de facto lamentável, querer explorar uma situação pontual e dar-lhe uma dimensão de generalidade e um mau serviço que se está a prestar à cidade. -----

-----**Carla Lopes (CHEGA):** Referiu que vinha intervir não só como deputada do CHEGA, mas também como cidadã. A insegurança não é só da cidade, é de toda a gente. Referiu que

como mãe não inscreveu a sua filha numa escola do Entroncamento, por outros motivos, por opção própria. Antigamente havia respeito pelos professores, hoje não se pode repreender os meninos que vão fazer queixa aos pais, que depois vão à escola confrontar os professores. “De facto, constata-se que realmente existe insegurança na cidade e todos veem”, no entanto, como mãe realça que as crianças têm de trazer educação e a cidadania de casa, que deve começar por aí. “Se a partir de casa de cada um, houver um bocadinho de mais educação e menos libertinagem e só liberdade, existe a possibilidade de irmos mais longe e a cidade vai mais longe também.” Continuou dizendo que como mãe faz por isso e acha que todos os pais também o deveriam fazer, porque na escola dá-se formação e em casa educação, se calhar na rua assim seríamos melhores pessoas. -----

VOTACÃO DA MOÇÃO

---A Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, três votos do CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária um voto do Centro Democrático Social, e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. --
O Presidente da Assembleia interveio, dizendo que não devia intervir diretamente nestas questões, mas nessa tarde ao preparar a Sessão foi ver as atas de Sessões anteriores e sem pensar neste tema, surgiu-lhe, numa ata de uma Sessão da Assembleia Municipal de 2011, o seguinte, que passou a ler: «Proseguiu Carlos Amaro: " Esta bancada Socialista traz hoje aqui a esta Assembleia mais uma

vez, um assunto que nos devia preocupar a todos. Fomos contactados por uns entroncamentenses no sentido de ouvir algumas razões e trazê-las aqui, essas razões de descontentamentos são sobretudo questões de segurança. Estamos a falar de vários tipos de crimes, como assaltos e roubos. O Entroncamento continua a ser uma cidade insegura, apesar de várias vezes interpolado este Executivo, sempre se escusou a responsabilidades. O que é facto, é que concelhos vizinhos têm lidado de forma mais eficaz com este problema. Sabemos todos nós, que a degradação social aqui no Entroncamento é demasiado evidente, a falta de respeito e os mais básicos princípios sociais não são intrínsecos a todas as camadas sociais da nossa comunidade. É bem verdade que não compete à Câmara Municipal do Entroncamento formar, mas de certeza, que compete concretizar junto com as autoridades locais, os meios e os modos coativos e persuasivos, nem que seja exercer pressão junto da tutela. De Assembleia em Assembleia, temos alertado para o agravamento da situação, de cada um de nós se exige deveres e respeito pelos direitos dos outros, acontece, que nem sempre esses deveres e esses direitos têm medidas iguais. Nós achamos que é tempo de dizer basta, é tempo deste Executivo tomar as medidas que lhe compete para resolver a situação, basta de permissividade, sabemos que não temos os melhores meios, que não temos agentes suficientes, mas certamente este Executivo camarário tem junto das competências atribuídas, poderá, de um modo mais eficiente e eficaz, pelo menos atuar na repressão e persuasão, claro que em cooperação com as autoridades policiais de modo que, a segurança no Entroncamento seja uma realidade. Neste contexto, a bancada Socialista gostaria de saber quais as medidas que foram tomadas desde o início deste mandato, no sentido de resolver este problema. Respondeu a Senhora Presidente da Assembleia: "Obrigado senhor deputado, agradeço que me faça depois chegar por escrito esse vosso pedido, como é óbvio, há uma questão a que eu posso dar a resposta desde já, as competências policiais não são da Câmara Municipal, sabemos disso e portanto, não podemos assacar ao Município responsabilidades sobre uma intervenção que ele não pode ter." -----

---Continuando, o **Presidente da Assembleia Municipal**, referiu que não diz o mesmo que a Presidente da Assembleia Municipal disse na altura, sabe que o Executivo tem feito o que pode, e devem tomar algumas medidas, no Entroncamento de hoje e estamos em 2022, é muito

diferente do Entroncamento de 2011, hoje é mais complexo. Apesar de tudo, as escolas hoje têm melhor ambiente que tinham há uns anos atrás, tem esse conhecimento porque é professor na escola Dr. Ruy d'Andrade. Continuou dizendo que não diz que o problema é da polícia, o Executivo fará a sua parte, mas a Assembleia também poderá fazer alguma coisa, estando disponível para, em conjunto com os Srs. Deputados de todas as bancadas, lhes seja permitido reunir junto da tutela, da PSP Nacional, Regional e Local, de forma a conseguir apoiar o Executivo. E continuou referindo que “Não para fazer campanha política, que isto não é bandeira política é um problema que se têm e que já não é de agora. O Entroncamento tem alguns problemas sociais, porque somos uma cidade aberta e recebemos cidadãos de todo lado, o que torna a sua integração muito difícil e devem tomar medidas e colaborar com o Executivo. Se as pessoas souberem que na cidade circulam polícias a pé ou de automóvel, o que não acontece, se circularem e as pessoas souberem, alguma coisa melhora.” Concluiu mencionando que não se devem dar motivos aos órgãos de comunicação social, que exploram tudo, o que é vil, e de mais básico, para terem audiências, não podem dar lenha para esse lume. Devem contribuir para construir, para encontrar soluções, porque todos são responsáveis. E repetiu que “Não digo o que disse a Sr. Presidente da Assembleia na altura.” -----

----- A Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, três votos do CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária um voto do Centro Democrático Social, e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia---
---Ainda no período antes da ordem do dia, interveio:-----

--- **Pedro Goncalves (CDS):** “Sr. Presidente, estamos consigo e estamos disponíveis para fazer o que for necessário, para que o Entroncamento possa ter uma Comissão, ou se possa cumprir o Regimento que aprovaram, do Conselho Municipal de Segurança, pois era assim e era um órgão que sempre trabalhou.” Referiu que sabe que a Lei mudou, mas sempre trabalhou em prol da segurança. E continuou dizendo que, “Queria relembrar três coisas, o Sr. Presidente disse que em 2011, era necessário exercer pressão, e é isso mesmo que o CDS está a pedir desde 2016, sempre tivemos e continuamos a ter, uma ação colaborativa”. Continuando, referiu que desde que tomou posse, como Deputado Municipal, desde que o CDS voltou a ter membros nesta Assembleia, sempre foram colaborativos, sempre deram propostas. Relembrou que há mais de oito anos que estão a fazer propostas, mas se o representante do Executivo, as vê assim mas não, as duas câmaras que foram propostas em 2020 e 2021 e que agora foi uma medida requeitada para 2022, isso não é um sistema de videovigilância é proteger uma zona, precisam de ir mais longe e que o Sr. Presidente, sabe, e tem o seu número de telefone. Está sempre disponível para ajudar e colaborar, muito mais agora, porque inclusivamente por alguns elementos desta Assembleia e da Assembleia anterior foi acusado de estar a exercer, por estar dentro de uma empresa de segurança, agora já não. Para acabar disse que acredita que todos os elementos desta Assembleia Municipal estão aqui e sempre estarão, ao lado do Sr. Presidente, e que se quiser podem fazer pressão no Ministério da Administração Interna, se quiser ter uma reunião com a Ministra da Administração Interna, para exigir que o Entroncamento seja respeitado, pela PSP. Nenhum deles se escusará de ir com o Presidente representar esta cidade e “exigir que o Entroncamento mereça uma Polícia de Segurança Pública, eficaz, com homens e mulheres, que possam trabalhar, porque infelizmente, os agentes da nossa cidade, nem sempre conseguem, porque são poucos, ou porque podem estar doentes e como excelentíssimo Presidente disse escasseia Comando, nesta cidade e neste Distrito.” -----

---- Afirmou que estão com o Sr. Presidente e que todas as propostas que venham a bem. O CDS será o primeiro a assinar por baixo, para que possam ter uma cidade segura, uma cidade sem populismo, porque “da sua parte, nunca houve populismo, existe sim e continuará a

existir, um sentido de responsabilidade, daquela cidade que o acolheu quando tinha dois anos e meio e fazer desta cidade, a cidade boa, para quem quer cá viver e para quem quer vir para cá morar”.

---- **Dominique Ventura (PSD):** procedeu à leitura da seguinte intervenção escrita: «Nos termos e para os efeitos no disposto na alínea c) do art.º 20 do Regimento da Assembleia Municipal do Entroncamento, os eleitos do PSD vêm formular a seguinte questão à Câmara Municipal do Entroncamento:-----

Considerando:-----

- A falta de planeamento do governo central para a gestão e utilização da água; -----
 - A falta de medidas, a largo e médio prazo, tomadas quer nos serviços regionais do Estado quer pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT); -----
 - O PSD nos últimos anos tem alertado, inclusivamente com a apresentação de uma Moção que foi aprovada em reunião de Assembleia Municipal, para a urgência de se intervir na Bacia do Tejo e nada foi feito ao nível central ou da comunidade; -----
 - A evidência sobre a necessidade e dependência da água para o planeta e em especial para o consumo humano; -----
 - A seca que infelizmente o nosso País atravessa; -----
 - A necessidade de consciencializar os cidadãos para os problemas ambientais sérios que podem decorrer de uma severa seca e de um ineficiente uso de recursos naturais; -----
- Questiona-se: Que medidas já foram tomadas pela Câmara Municipal no domínio da poupança de água, face à situação de seca que se vive no país, no sentido de reduzir drasticamente a utilização de água para a rega dos espaços verdes, definição rigorosa dos horários de rega e número de vezes por semana, e ...

Se está prevista a realização de uma campanha pública para incentivo à poupança de água, na sensibilização dos utilizadores para o seu uso consciente, mobilizadora para os temas do ambiente e sustentabilidade, tendo em vista consciencializar os cidadãos e promover a partilha das boas práticas de poupança de água pelas crianças e famílias do concelho do Entroncamento, como sejam evitar as lavagens rotineiras de automóveis, contribuindo para o uso racional deste bem comum.» -----

--- **Susana Cruz (PSD):** procedeu à leitura da seguinte intervenção escrita: «Nos termos e para os efeitos no disposto na alínea c) do art.º 20 do Regimento da Assembleia Municipal do Entroncamento, os eleitos do PSD vêm formular a seguinte questão à Câmara Municipal do Entroncamento: -----

Considerando que: -----

- i. O atual regime jurídico de AIA - Avaliação de Impacto Ambiental (RJAIA) é definido pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2011/92/UE relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente, alterada pela Diretiva 2014/52/UE. Integra também as obrigações decorrentes da Convenção sobre Avaliação dos Impactes Ambientais num Contexto Transfronteiriço (Convenção de Espoo); -----
- ii. O número 1 do artigo 3.º do RJAIA, define que “a decisão de sujeição a AIA dos projetos submetidos a uma análise caso a caso, nos termos previstos na subalínea iii) da alínea b) do n.º 3, nas subalíneas ii) e iii) da alínea b) e alínea c) do n.º 4 e no n.º 5 do artigo 1.º, compete à entidade licenciadora ou competente para a autorização do projeto, a qual deve solicitar ao proponente, no prazo de cinco dias contados da correta instrução do requerimento de licenciamento ou autorização do projeto ou da alteração ou ampliação, a apresentação dos elementos identificados no anexo IV ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.” ---
- iii. Foi celebrado a 18 de junho de 2019 um contrato de subconcessão de uso privativo celebrado entre a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária SA e o Município do

Entroncamento, área que se destina em exclusivo à instalação do Parque Empresarial do Entroncamento (PEE); -----

iv. A área do terreno envolvido corresponde, nos termos do mesmo contrato, a 202 073 m2, ou seja 20,2073 hectares, sito no Casal Vidigal/Casais Formigos no Entroncamento; -----

v. A última informação dada pela Infraestruturas de Portugal, vai no sentido que a área do PEE é de 219 310 m2, ou seja 21,931 hectares; -----

vi. Em resumo, a área do PEE é superior a 20 hectares, o que observando a alínea a) do capítulo 10 do anexo II, a que se refere a alínea b) do número 3 do artigo 1º todos do RJAIA, obriga à existência de AIA; -----

vii. A proximidade de habitações do loteamento industrial também exige a realização da AIA;

viii. A circunstância de a área envolvente, já se encontrar condicionada pela atual zona industrial, e sobretudo ainda, por toda a área do parque ferroviário da cidade estar na sua envolvimento, também exige a realização AIA; -----

ix. A construção de um ramal ferroviário e a projetada implantação de um porto seco também exige a AIA, nos termos da alínea c) do capítulo 10 do anexo II, a que se refere a alínea b) do número 3 do artigo 1º todos do RJAIA, como também a sua implantação em área contígua a habitações e a alvarás de loteamento de moradias, também exige a mesma análise prévia. -----

Surge a necessidade de questionar o Exmo. Sr. Presidente da Câmara, quanto ao seguinte: -----

– Qual a razão de não ter sido efetuada previamente uma análise de impacto ambiental única e prévia, a todo o processo de loteamento industrial, subjacente ao PEE?» -----

--- **Leonardo Pinho (PSD):** procedeu à leitura da seguinte intervenção escrita: «Nos termos e para os efeitos no disposto na alínea c) do art.º 20 do Regimento da Assembleia Municipal do Entroncamento, os eleitos do PSD vêm formular a seguinte questão à Câmara Municipal do Entroncamento. -----

Tendo em conta que o Entroncamento tem neste momento cerca de 20.140 habitantes, a questão da limpeza das ruas da cidade ganha outra dimensão. -----

Há algum tempo que as ruas estão mais sujas do que deviam, há plásticos e papéis a voar por todo o lado e todos sabemos onde muitos desses plásticos vão parar: aos esgotos, ribeiros e rios, sem falar, naturalmente, da má imagem que transmitimos a quem visita a nossa cidade.-----

---A par das medidas urgentes e essenciais à resolução destes problemas, é essencial que se promova uma campanha pública forte para incentivar o correto uso dos pontos ecológicos e contentores sensibilizando as pessoas para separarem o lixo e fazerem a reciclagem, algo que ainda não acontece como se pode verificar, por exemplo, nos inúmeros garrafões de plástico que são colocados nos contentores RSU que estão colocados ao lado das ilhas ecológicas. -----

É urgente mostrar esta preocupação, a gravidade do assunto e reiterar que os problemas ambientais não acontecem só nos telejornais. -----

A autarquia tem que estar atenta e preocupada e sensibilizar e mobilizar os munícipes para esta temática. -----

Surge assim a necessidade de questionar Vª Exa. quanto: -----

---À insuficiência de assistentes operacionais para fazer este trabalho diário porque só o carro de limpeza é claramente insuficiente para resolver um problema que é muito mais grave do que possa parecer à primeira vista; -----

---A existência de alguma campanha prevista pela autarquia nos sentidos referidos supra.» -----

--- **Ricardo Antunes (PS):** Referiu que há um projeto piloto para recolha porta a porta e trabalhando na área sabe que é muito difícil, muitas vezes pelas vias formais e naquilo que é a sensibilização ambiental, deixarmos a estratégia do público lato, ou seja, de apontar a toda a gente, e apontarmos muito para as crianças, para que elas de alguma forma, também reciprocamente, eduquem os pais e muitas delas hoje, já estão sensibilizadas. -----

---Continuando, disse que “Também é um trabalho de longo prazo, como alguns que vão sendo feitos” e deixou uma pequena nota sobre esta questão, que a Câmara tem uma campanha

prevista, em que essa campanha, somos nós. O nível de adesão, nos circuitos de recolha porta a porta, é reduzidíssimo e isto demonstra uma coisa clara: é que as pessoas não estão sensíveis, embora sejam bombardeadas, todos os dias, com o que são as alterações climáticas, Agora que vivemos este período de seca, que também foi falado aqui e todos estes temas estão relacionados e têm a ver com os nossos perfis de consumo, todos nós temos essa missão”. -----

---O deputado mencionou que a Câmara Municipal lançou uma campanha muito importante e fala muitas vezes através dos serviços de sensibilização ambiental, inclusivamente com uma mascote que é o “RIBAS”, junto das escolas que é a forma mais eficaz. -----

“Mesmo assim esses hábitos perdem-se, vemos os jovens perto dos quinze anos e todo aquele manancial de comportamentos que vão adquirindo nas escolas, perde-se”. -----

Reiterou que a Câmara tem essa responsabilidade para a promoção de um bom espaço público, mas todos têm a responsabilidade de se educar. Entende que não fazem o que deviam, do ponto de vista da gestão dos perfis de consumo, na reutilização, no próprio encaminhamento, para valorização ou reciclagem e tem de começar em cada um de nós. “Qualquer campanha que venha de uma entidade institucional resulta muito pouco”, disse. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---Tendo havido inscrições para a Intervenção do Público, conforme estipulado nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 28/20, de 28 de julho, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos seguintes munícipes:-----

Sr. Paulo Manuel Gregório: Iniciou a sua intervenção dizendo que “gostaria de dizer que mora perto do Bairro Frederico Ulrich e que ninguém entra no bairro, nem mesmo a polícia, inclusivamente, a última vez que tentaram entrar, tentaram virar-lhes o carro ao contrário. A má imagem que tentaram passar da cidade do Entroncamento... acha interessante estarem a falar da cidade do Entroncamento e estarem preocupados com a imagem do Entroncamento. Não sabe se estão muito preocupados, com a segurança ou insegurança. Não sabe se estão preocupados com imagem que se pode passar do Entroncamento, que por acaso as imagens não são da cidade, (umas delas, porque as outras são precisamente no bairro no dia em que a cidade estava ao abandono), que aquilo demorou ali horas e pelos vistos na Zona Industrial acontece o mesmo ao fim de semana à noite. Não sabe, onde está a polícia, nem a câmara, se é da competência de uns ou de outros, mas no caso do Sr. Presidente como tem o Poder Local e a polícia está debaixo da alçada do Poder Político, o Sr. Presidente devia fazer alguma coisa.” --- Continuou, referindo que “Tem cinco filhos e nenhum frequenta as escolas do Entroncamento, trabalha no Entroncamento, desde os 15 anos e desde então que não considera o Entroncamento uma cidade segura, mas também sabe que está no terceiro mandato o Sr. Presidente, ainda não fez nada, tudo tem piorado. O Sr. presidente da Assembleia diz que somos muito abrangentes em receber pessoas de fora, até de países cuja punição das mulheres e a violação, e não digo qual o país para não ser acusado de xenófobo ou racista, porque são esses temas que querem levantar porque gostam de censurar.” Explicou que é uma pessoa que dá sempre a sua opinião na Internet ou onde for porque tem esse direito. Em termos de violência, pessoalmente nunca lhe foi feito nada porque é uma pessoa que se sabe defender, mas já lhe foi roubado durante a noite combustível de carros, vandalizaram as suas coisas. Infelizmente é obrigado a morar no Entroncamento porque tem casa comprada, mas nunca na vida hoje vinha morar para o Entroncamento. Segundo ele, a boa imagem que querem passar do Entroncamento, de que é uma boa cidade para viver é precisamente, as pessoas problemáticas que vivem no Entroncamento que dizem para as pessoas virem que isto é bom, não há polícia, não há quem puna, só há trinta e tal agentes não se vê polícia na rua nem em lado nenhum. “Isto aqui é tudo à vontade, não há segurança nenhuma no Entroncamento, não é de agora, mas tudo tem piorado”. -----

---**António Rodrigues:** Começou a sua intervenção da seguinte forma: “Quando me

perguntarem: o que fez pelo seu país? Dirá, deu aulas. Quando um dia lhe perguntarem o que fez após o dia 25 de fevereiro, dirá que, foi à Assembleia, como munícipe e apresentou duas propostas que poderiam ter contribuído para a redução da sinistralidade rodoviária. -----

---Ambas contemplam três características exequíveis, eficazes e economicamente viáveis. Precisamos de muito mais do que palavras, de promessas, estudos que se arrastam no tempo. Precisamos de medidas que sejam elas populares ou impopulares que resolvam o problema de excesso de velocidade. Temos alguns exemplos de soluções que não têm as três características que referiu e em simultâneo. -----

---A primeira, a implementação de um sistema de vídeo vigilância, é ótima, como disse a deputada, que foi implementada em Leiria. É ótima a medida para resolver problemas de assaltos e crimes de ofensa a integridade física. Por exemplo em Santarém foi autorizado pelo Ministério da Administração Interna, a instalação de 26 câmaras de vídeo vigilância no Centro Histórico do Jardim das Portas do Sol e no Parque de Estacionamento da Estação Ferroviária. Santarém, disse, tem um Comando Distrital da PSP e tem Comando Territorial da GNR. O parecer da Comissão Territorial de Proteção Dados, refere que não é permitido a utilização de câmaras ocultas ou seja se elas fossem colocadas por exemplo no Entroncamento na Avenida das Forças Armadas ou na Rua 1.º de Maio ou na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro quanto tempo é que lá duravam. Provavelmente seriam o alvo preferido de alguns grupos de jovens que veriam ali um novo tipo de divertimento, uma espécie de tiro ao alvo ou neste caso tiro às câmaras. O sistema de vídeo vigilância não será exequível porque requer a afetação de operacionais do Comando Distrital Nacional da PSP para o tratamento de dados 24h por dia, o que foi há pouco tempo referido e é verdade, são precisos recursos humanos que não existem para este sistema ser implementado, portanto, não seria eficaz porque não resolve o problema dos excessos de velocidade, ou seja o problema que temos em mãos que é o excesso de velocidade, não é resolvido com a questão de vídeo vigilância. -----

---Outra medida que não é exequível nem eficaz é o reforço de operacionais, o número de efetivos ronda os 37, uma grande parte, ou por vezes está de baixa devido a idade avançada. Há falta de meios para efetuar operações de trânsito, trabalham por turnos de oito horas intercaladas, por vezes estão dois no carro de patrulha e outros dois ou só um na Esquadra. Há uma semana, disse, foi à esquadra e falou com o agente para tentar falar com o Comandante ou o Sr. Comissário, que não estava presente e o Senhor Agente disse que por vezes no período da noite só estava um agente na esquadra e dois no carro de patrulha. Para efetuar operações de STOP deixariam o posto sem ninguém e tem de recorrer à Brigada Territorial de Tomar ou Santarém. -----

---O reforço de operacionais podia ser uma solução é verdade, para o problema dos aceleras, mas não é exequível porque tal como os médicos de família, os enfermeiros e os professores não existem em número suficientes e este problema irá perpetuar-se no tempo, não contam com operacionais, estarão aqui nas próximas assembleias a discutir o mesmo problema. -----

---Continuando, referiu que medidas de cosmética, podem ser feitas, como por exemplo: as bandas sonoras; sinais no chão; proibição de circular a mais de 30 km/h; semáforos vermelhos, onde os carros passam a 50/60km por hora e o semáforo não serve de nada; lombas de borracha redutoras de velocidade que iriam ser arrancadas ao fim de uns dias e levadas para casa; passagens de peões elevadas (concorda, no entanto estas têm alguns constrangimentos), provocam realmente a redução de velocidade das viaturas é verdade, são eficazes, exequíveis e economicamente viáveis. Apresentou exemplos como o do ano 2013 em Castelo Branco que existia uma rua na qual os aceleras batiam os 100km por hora e foi aplicada pelo Presidente em duas passagens de peões elevadas no local. Importante realçar que em Castelo Branco existe Posto Territorial da GNR e da PSP e foi necessário recorrer a esta solução para resolver problema do excesso de velocidade dentro da cidade; em Coruche existem passagens de peões

com elevações quer à entrada, quer por vários pontos a cidade, pois tal como o Entroncamento é uma zona problemática. -----

---Quando o Sr. Presidente diz no jornal do Médio Tejo que não é uma generalidade de pessoas da nossa cidade que andam a acelerar impunemente, o deputado concorda e dá o seu exemplo pessoal: durante muitos anos foi para Lisboa, de carro ou bicicleta, uma vez um Senhor que conhecia passou por ele a mais de 100km por hora e ele, de bicicleta teve de se desviar senão embatia-lhe. Quando o encontrou expôs a situação ao que o mesmo respondeu que ia com pressa para apanhar o comboio. Carros com pressa de chegar à fábrica passaram por ele que ia a 50km por hora, e eles iriam com certezas a 100 km por hora. Um ex. funcionário desta câmara contou que já teve dois carros abalroados por trás e revela que achava boa ideia ser colocado ali um semáforo, ao qual lhe respondeu que não serviria de nada, o melhor seria uma lombra redutora de velocidade e este pede-lhe para fazer um baixo assinado para a mesma. E continuou, dizendo que “No dia 18 de novembro de 2010, um senhor reformado de 75 anos foi atropelado na passadeira tendo morte imediata, por uma senhora que quando foi apresentada a tribunal respondeu que iria com pressa para apanhar o comboio. Não é a generalidade das pessoas da nossa cidade que andam em excesso de velocidade, são um grupo identificado de jovens, pessoas que vão para o trabalho e comboio e tem de chegar a tempo e a horas, no entanto transgridem a lei”. Continuando, disse que “Há 15 anos ao pé do liceu o filho de uma professora foi atropelado gravemente, o que lhe deixou problemas graves para o resto da vida. A Senhora relatava que antes do acidente não existia nenhuma lombra e hoje estão lá seis. Na Barquinha junto ao posto da GNR existem 5 lombas redutores de velocidade, numa Rua que faz a ligação entre o *Intermaché* e a Estação.” -----

---Como município pede a este executivo autárquico para que faça da segurança rodoviária a prioridade deste mandado e que a sua herança seja uma efetiva operacionalização de meios materiais no terreno e não um conjunto de promessas ou estudos que deixa quase tudo na mesma. Espera que coloquem o Entroncamento na vanguarda da segurança rodoviária, ELV, designação conhecida para lombas de redução de velocidade. -----

---E continuou: “O Sr. Presidente tem razão quando diz que são do século passado, pois causam estragos de amortecedores e suspensões, aceleração e desaceleração provoca maior emissão de CO2, mais consumo e ruído. A proposta são lombas de redução de velocidade do futuro, a empresa chama-se *pavnext*, é portuguesa, tem sede no Porto e vai ler a proposta ao qual perguntou qual era a tecnologia da qual obteve a seguinte resposta. A *pavnext* aumenta a segurança em 70%, elas dão a informação sobre o tráfego via plataforma, produz uma tecnologia que reduz a velocidade sem ação do condutor, ou seja se um condutor for a 100 a hora a lombra ir sair da lombra a 50km, elas não tem elevação do piso, o carro não é projetado para a frente como as ELV tradicionais. Mas sim o carro é projetado para trás, a tecnologia consiste na implementação de um dispositivo em uma superfície do pavimento rodoviário e permite captar energia cinética do veículo e desta forma reduz a velocidade dos carros de forma autónoma que é convertida em energia elétrica que pode ser utilizada para outros fins.” -----

---Terminou com o desejo que este executivo autárquico operacionalize medidas eficazes exequíveis e tempestivos, que resolvam o quanto antes os perigos que representam para todos o excesso de velocidade provocados por aqueles que de forma consciente ou inconsciente perpetuam nas ruas da cidade e que fazem delas pistas de rally. -----

-----**Inês Margarida Almeida:** a município apresentou-se e informou que foi moradora no Entroncamento durante 10 anos. Agora reside na Barquinha, é professora do primeiro ciclo e trabalha em Lisboa já há vários anos. Tem 4 filhos e todos eles estudam no Entroncamento, porque seria uma mudança muito grande terem de mudar de residência e também de escola. Há 5 anos atrás os seus filhos frequentavam a Escola António Gedeão e nessa escola havia droga, objetos cortantes e um medo tremendo provindo da etnia cigana, o que é um problema na

nossa terra. Não diz isto por racismo, mas sim por realismo, em 10 crimes concretizados, 9 são feitos por etnia cigana e claro que o problema é da etnia. -----

---Referiu ter sido chamada à Direção e foi tratada como criminosa, por ter dito a realidade, (Atualmente, esses alunos mencionados por si fazem parte do *gang* que existe no Entroncamento que realizam assaltos e praticam violência, rally e tudo o que temos) do modo como foi chamada à escola e mandada calar. Os seus filhos continuam lá a estudar, é intolerável o seu filho ter medo de ir à casa de banho durante um período de 8h letivas, não se tolera.-----

---Na parte da educação é vergonhosa e afirma que “como as escolas são administradas neste momento, não há transparência, existe violência sim, para a qual não existe uma explicação. Na altura do Sr. Presidente Jorge Faria, ainda habitante do Entroncamento, votei nele e o mesmo desiludiu-me porque esperava um Entroncamento melhor. Quer regressar para o Entroncamento, mas quer fazê-lo com segurança”. Afirmou que foi lamentável a morte da criança, não sabe se os órgãos de comunicação social exageraram ou não, o que a preocupou foi que gostaria de ter visto, um Presidente confiante e seguro do que estava a dizer, e não um presidente inseguro. Gostaria de ver um Presidente que ouve a população, o Presidente que agarrou com toda a garra e herdou no primeiro mandato uma herança pesadíssima vinda de outro partido. Nós precisamos de resoluções imediatas”. -----

---Concluiu, dizendo que “No dia em que o Sr. Presidente achar que não tem competência para o cargo a que se candidatou não é vergonha nem fraqueza dizermos e sim sinal de humildade, sabermos que não estamos de acordo e não conseguimos. Temos de pedir ajuda quer seja externa à PSP, que não está a fazer o seu trabalho. Quando se fala em inclusão, como é que podemos incluir uma pessoa que não quer ser incluída, são as etnias que se excluem”. -----

---Novamente, **António Rodrigues** pediu a palavra e continuou o seu discurso mencionando a criação de uma Comissão de sinalização de problemas rodoviários, “essa comissão sendo constituída por um elemento de cada partido desta assembleia, (...) faria um levantamento dos problemas rodoviários que estão identificados, faziam um relatório com uma periodicidade eventualmente trimestral e teria reuniões também no âmbito trimestral, ao fim de seis meses, um ano o que fosse necessário, no máximo dos máximos, chegaria aqui e diria, os principais focos”. disse. -----

ORDEM DO DIA-----

PONTO NÚMERO UM-----

APRECIACÃO DA INFORMACÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO ao abrigo da al.ª c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu este ponto, solicitando aos senhores deputados que se inscrevessem para participar. Solicitaram de início para intervir, a Sr.ª **Paula Carloto (PSD)** e Sr. **Ricardo Antunes (PS)**. Deu a palavra à senhora deputada **Paula Carloto (PSD)**, que destacou, na sua intervenção, os seguintes aspetos: Confessou incómodo relativamente à atividade da Câmara e do Presidente, e vinha também com um pedido. No entanto, e em vez disso, questiona “o que é que nós estamos aqui a fazer?” ao que responde que estão a dar um exemplo e que não estão lá a fazer nada, pois presenciou um candidato do Partido Socialista que não sabe o que é um regimento (a propósito da intervenção anterior).-----

---Afirmou que o Sr. Presidente da Assembleia tem de cortar a palavra às pessoas e que todos os munícipes têm os mesmos direitos e o mesmo tempo para falar, o que o Sr. Presidente concordou. Criticou o Sr. Presidente relativamente a não poder tomar partido nem pode politizar os temas, que apresenta o caso do Amaro, para ir buscar um problema de 2011 que não se encontra resolvido até a data, faz comparações a António Costa e Pedro Passos Coelho.

São autarcas para resolver e fazer, afirmou. Falou da existência de problemas no Entroncamento, alguns de etnia que tem de ser resolvidos. A própria e os membros do PSD foram a uma reunião na polícia onde não tenciona voltar pois não precisa que lhe expliquem a falta de polícia no Entroncamento.-----

---Relatou situações de pessoas presentes na reunião que viram a sua vida em perigo devido aos problemas do Entroncamento. Tem vergonha enquanto autarca do Entroncamento e ainda bem que vive na Atalaia. Pediu reunião fechada para resolver os problemas de Segurança do Entroncamento.-----

---Referiu que “Existe um gabinete de apoio à integração dos emigrantes, segundo a informação do Presidente, que atenderam 76 pessoas de 6 nacionalidades diferentes, no entanto afirma que têm várias dezenas de nacionalidades no Entroncamento. O problema de todos os emigrantes tem de ser resolvido, o PSD está disponível”. -----

---As instituições devem ser valorizadas e os cargos que desempenham, nesse aspeto também pagam pelo desrespeito que dão aos órgãos onde estão. Pediu ao Sr. Presidente da Câmara que não deixe passar quando é dito em reunião que há Vereadores que falam em Autarcas que subornam Autarcas, afirmou também que Vereadores afirmam que há compadrio nos concursos de pessoal.-----

Ricardo Antunes (PS): Começou por questionar: o ponto de situação da Estratégia Local de Habitação e de que forma o processo está a ser desenvolvido, assim como aos investimentos relevantes, nomeadamente dos transportes públicos e as candidaturas para as viaturas elétricas, (os novos autocarros elétricos), dado que a dotação do aviso era relativamente curta e, se existe alguma novidade para a candidatura feita. -----

----Interveio o senhor **Presidente da Câmara:** Relativamente às três questões dos deputados do PSD colocadas, devem ser feitas por escrito. -----

---Adianta, então, sobre a primeira questão de forma genérica, dado que as outras questões são muito específicas e quando forem enviadas por escrito será então respondido. Referiu que “Sempre houve esta responsabilidade, não é por estar em uma situação de seca, que a preocupação de racionalizar o uso da água sempre esteve presente. Foram conseguidos ganhos significativos em resultado do novo sistema redutor da cidade já construído, (abastecimento em alta), o novo sistema de saneamento também em alta, com o resultado dos investimentos de eficiência e stop perdas estão a ser desenvolvidos por toda a cidade e que gera incómodo às pessoas. No entanto, estão a ser feitos e já não o eram há 40 anos e há 30 anos. Com os investimentos de seccionamento dos espaços de consumo da água através da colocação de várias válvulas, permitiram o ganho de eficiência. Em 2012/2013 existia entre 47% a 50% de desperdício de água, atualmente 23%. Têm sido feitas alterações na rega dos espaços verdes de forma sustentável, sendo uma grande parte através de captações próprias, não esta a ser usada água da rede, ate mesmo para as piscinas. Diariamente é renovado até cerca de 10% da água dos dois tanques das piscinas. Atualmente a substituição de água e feita a partir de uma captação própria, não é usada água da rede. A captação cumpre as regras sanitárias”. Continuou, referindo que de momento estão a preparar um procedimento para regas mais adequadas em função dos atuais tempos, ponderando não regar inúmeros pequenos espaços que não estão a usar a captação própria e afirma que “esta é ofensiva, assim como a sua insinuação de que o PS tem uma coligação com o Partido Chega. O Partido Chega está no Executivo e na Assembleia porque assim os eleitores elegeram, tal como nós, Assembleia. O Partido Chega tem ideologias que não são compartilhadas com o presidente”. Nas suas palavras, “Quando o elemento do Partido Chega faz propostas boas para a cidade e aprova propostas que ele entende que são boas para a cidade, afirma que continuarão a aprovar propostas que sejam boas para a cidade, seja de que partido for e chumbar as mesmas que sejam más para a cidade”. -----

Quanto à proposta do PSD, de ser feita uma vistoria ao recrutamento nos últimos 20 anos, esta

seria muito dispendiosa e trabalhosa. Pede para que a mesma deixe de insinuar que o partido que representa tem acordo com o Sr. Vereador do Chega. -----

---Em Relação à Estratégia Local de Habitação desenvolvida, foi aprovado na reunião de Câmara de setembro por unanimidade, tendo sido posteriormente enviada para o IRU para aprovação pelo que está definido na lei, tendo sido recebida a aprovação o último dia antes deste ato eleitoral, para a assembleia da República. No princípio da semana receberam a comunicação da homologação associada à Estratégia Local de Habitação. Está a ser desenvolvido um contrato de colaboração para poder aceder aos instrumentos financeiros que permitirão colocar em prática a Estratégia, que tem um volume de instrumentos de 12,1 milhões de euros. A homologação faz parte da agenda da próxima reunião de câmara para tomada de conhecimento, sendo que estamos numa altura em que o instrumento base está aprovado e dado início ao desenvolvimento dos mesmos.-----

---Relativamente às viaturas elétricas foi um concurso por candidatura, tendo sido esta aprovada, sendo que se encontram à espera da formalização da aprovação dessa candidatura, assim como também o financiamento se encontra aprovado e serão então 5 autocarros urbanos substituídos no espaço de 1 ano. O prazo de entrega dos autocarros, após a encomenda, é de pelo menos 6 meses e até a essa altura decorrerá um processo formal que demorará pelo menos uns 6 meses.-----

---Explicou que neste momento existem 631 passadeiras das quais 64 sobrelevadas e algumas bandas sonoras. Em 2021 foram repintadas cerca de 143 passadeiras, explicando, com recurso a uma apresentação digital. De momento existe uma intervenção em um projeto de promoção da acessibilidade inclusiva em 241 passadeiras, projeto que coloca os pisos táteis para os invisuais como também a acessibilidade de todas estas passadeiras. Sendo que está previsto que esta empreita esteja completa a 15 de abril. No final da intervenção, todas as passadeiras serão repintadas de novo. De momento está a ser avaliada a colocação de pilaretes de passadeiras, lombas redutoras de velocidade, pilaretes de sinalização de outras passadeiras existentes, no fundo melhorias do sistema, no total de 68. Continuam a tentar melhorar o que já existe para conforto dos utilizadores, nomeadamente ao nível das pinturas de passadeiras. De todas as intervenções feitas devido ao projeto estruturante que é o *stop perdas*, a nível da eficiência hídrica, irá ficar concluída na próxima segunda semana a seguir à reunião.-----

---Relativamente ao covid-19, mencionou que existe uma fase decrescente, o concelho do médio Tejo baixou a barreira do extremamente elevado, algo que já não acontecia há muito tempo. No Entroncamento estão nos 1896 casos, enquanto tínhamos cerca de 4000. “A situação está a melhorar! Mas são mantidas práticas diárias de acompanhamento de idosos e pessoas isoladas, tendo enaltecido o trabalho das técnicas, nessa área. Existe a retoma de atividades culturais de acordo com a agenda cultural divulgada, estão a tentar retomar com a feira de abril, retomar as festas da cidade e o *Steampunk*”, disse. Estão a contactar, também os artistas pensados para as festas da cidade, que não foi possível realizar, anteriormente, aproveitando o programa delineado, à exceção de alguns artistas que não poderão estar.-----

PONTO NÚMERO DOIS: -----

1.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (Revisão Orçamental), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, sintetizando que “a Câmara deliberou por maioria a 1.ª alteração modificativa (revisão orçamental) que se justifica com a necessidade de incorporar no Orçamento para 2022, o saldo de gerência do ano anterior, o qual totaliza 1.540.210 €. O senhor presidente da Câmara deu uma breve apresentação sobre este ponto, enfatizando a questão da subida do Salário Mínimo nacional e a incidência que teve no orçamento, daí existir a necessidade desta alteração.-----

--- Sobre este ponto foi feita a seguinte intervenção: -----

--- **António Miguel (PS):** Fez a seguinte intervenção: “A incerteza em que assentou a preparação e aprovação do orçamento municipal de 2022 não desapareceu, antes se agravou de forma dramática em consequência das medidas de combate à gravíssima crise sanitária de origem pandémica e agora agravada pela atuação de um louco que colocou a Europa em guerra. Ainda assim, beneficiando de uma situação financeira equilibrada, alicerçada ao longo dos últimos anos, o Município do Entroncamento enfrenta este desafio, cujos contornos se desconhecem, com segurança e confiança que em si mesmos uma mensagem de esperança para a cidade.-----

---No que diz respeito à alteração orçamental modificativa (revisão orçamental) que tivemos acesso, esta está em linha com aquilo a que o executivo já nos habituou, i.e., um resultado de base sólida em virtude das boas práticas que vem implementando.-----

---As “Despesas do Pessoal” representam 14,77 % dos reforços, fruto da atualização do salário mínimo para 705 €. Esta atualização abrangeu 170 funcionários, ou seja, cerca de 54,5 % do efetivo.-----

---As “Aquisições de Bens e Serviços” representam 48,36 % dos reforços, dos quais 34,41 % corresponde ao reforço das rubricas: Aquisição de água para venda Tratamento de Águas Residuais Fornecimento de Refeições Escolares Agenda Cultural Tratamento de RSU.-----

- As “Transferências Correntes” representam 3,38 % dos reforços.-----

- Os “Subsídios” representam 1,45 % dos reforços.-----

- As “Outras Despesas Correntes” representam 2,36 % dos reforços.-----

- O “Investimento” representa 29,67 % dos reforços.-----

Não abdicando dos princípios de gestão que tem norteado a atual gestão, e porque o futuro é agora mais incerto, preserva-se a capacidade de endividamento que outros nos levaram à banca rota, em benefício do futuro da cidade da sustentabilidade e do equilíbrio inter-geracional. Não cedendo assim a tentações e a aventureirismos do passado. -----

---Ao longo da execução orçamental, estou certo, que o executivo olhará para o tecido económico e social e lançará medidas que os apoiem em complemento das medidas que cabem ao Estado, para que a cidade, como sempre, resista, livre. E se possa reerguer rapidamente, uma vez ultrapassada a crise sanitária e os efeitos nefastos, que antevejo, da guerra agora iniciada na Europa.”-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS-----

--- O ponto número dois foi aprovado por maioria, com oito votos a favor do Partido Socialista, um voto a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista; sete abstenções do Partido Social Democrata, três abstenções do Partido Chega e uma abstenção do Centro Democrático Social.-----

PONTO NÚMERO TRÊS-----

EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZOS PARA INVESTIMENTO ao abrigo do disposto na al. c) do n.º 1 do art.º 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro;

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo deste modo que o “Empréstimo a Médio e Longo Prazos para Investimento”, no valor até 1.500.000,00€, fora aprovado, por unanimidade, na reunião do Executivo de 15 de fevereiro corrente.-----

---Referiu tratar-se de:-----

1. Autorizar, nos termos a alínea f) do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a contratação do financiamento ao banco BPI até ao limite de até 1.500.000 €; -----

2. Autorizar a assunção dos compromissos plurianuais inerentes aos investimentos em causa nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6 da Lei n.º 8/2012 de 21 fevereiro; -----

3. Conceder a autorização prévia para o desenvolvimento deste projeto nos termos do n.º 2 do art.º 51 da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro; -----

--- Não havendo inscrições para intervir, foi o ponto colocado a votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS-----

---O ponto número três foi aprovado por maioria, com oito votos a favor do Partido Socialista, sete votos a favor do Partido Social Democrata, um voto a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do Centro Democrático Social, e dois a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e São João Baptista e três abstenções do Partido Chega. -----

PONTO NÚMERO QUATRO-----

PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO DE APOIO À NATALIDADE ao abrigo da al- g) do artigo 25.º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro:-----

---O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo deste modo, que a “Proposta de Projeto de Regulamento de Apoio à Natalidade, fora aprovado por maioria, na reunião do Executivo, de 21 de dezembro de 2021.

--- Sobre este ponto foram feitas as seguintes intervenções: -----

Ana Cristina (PS): “Relativamente ao projeto de apoio a natalidade: Celebrar o nascimento, apoiar e debater as causas e consequências da baixa taxa de natalidade é uma das bases da construção do projeto de apoio a promoção da natalidade. Urge a necessidade de reformular e promover o debate sobre o assunto de modo a provocar uma mudança sociocultural e que contribua ao mesmo tempo para inverter os valores demográficos do nosso país. No entroncamento em 2018 nasceram 159 crianças e faleceram 179, portanto temos uma diferença preocupante e reduzir esta tendência é algo importante e geral. Também a descida da natalidade em Portugal, o que se agravou ainda mais com a pandemia de covid-19 com uma redução de 6,6%. Dados preocupantes que demonstram a tendência de menos população e, com isso, menos nascimentos e mais idosos. É importante promover medidas que contribuam para a fixação das famílias mais jovens no nosso concelho, criando incentivos para que aqui constituam família. O facto de este apoio incidir em aquisições do nosso comércio, no valor de 250€ por criança constitui um incremento na economia local, levando um maior incentivo na melhoria da prestação de bens e serviços”. -----

---**Pedro Gonçalves (CDS):** “Em sede de negociação do orçamento, o CDS, apresentou uma proposta que, como a deputada Ana Coelho acabou de falar, é necessário criar condições para que as famílias se fixem na cidade e queiram ter filhos: 250€ é uma boa medida”. Referiu que apresentaram uma medida ao Sr. Presidente em sede de negociação do orçamento, ainda antes da atual proposta e que ficou de ser vista. “Aos jovens com menos de 35 anos devolver-lhe o valor que eles contribuem com o IRS para a cidade do Entroncamento está para continuar? Pois somente os 250€ valem muito pouco, são um ótimo incentivo, mas é isso que os vai distinguir de Torres Novas? É isso que os vai distinguir de Santarém, de Vila Franca? Acredito que não. É necessário muito mais, o CDS irá aprovar esta proposta e todas as que venham no mesmo sentido, no entanto é pouco. É preciso intervir com medidas musculadas, assentes em que todas essas medidas sejam feitas através de vales de comércio”. Mencionou que é preciso criar condições e não medidas avulsas, que estão cá para as aprovar, mais ainda mais para desenvolver um projeto que consolide conseguir voltar a ter jovens. São as pessoas em idade fértil que estão para receber os 250€, que vão largar de onde moram para vir morar para o Entroncamento. -----

Maria do Céu Carvalho (BE): Ainda não sentiu que efetivamente houvesse quebra de natalidade no Entroncamento embora os números apresentados façam pensar. A quebra de natalidade não é um exclusivo do nosso conselho nem sequer do nosso país. Globalmente, em Portugal, houve uma redução de aproximadamente de 200 mil pessoas em 10 anos com o aumento dos padrões da litoralização e concentração urbana, mas a redução da população jovem ativa com o aumento dos números de idosos. -----

---No documento de enquadramento estratégico de Portugal 2030, proposto pelo governo em cessão de funções, definem-se medidas consideradas necessárias para sustentabilidade demográfica, melhoria das condições pelo exercício da parentalidade, a conciliação da vida profissional e familiar, a empregabilidade e qualidade do emprego dos jovens. -----

---Certo é que, a baixa natalidade erradica em profundas razões de ordem económica, social e cultural, não superáveis e nem sequer mitigáveis com a atribuição de benefícios em um concelho que supõe que outros concelhos adotaram medidas idênticas, em um processo de soma global igual a zero e de outra forma a recuperação demográfica não ocorre pela atribuição de um cheque bebé ou de um cheque educação, de brindes pontuais ou de apoios dos quais propostos neste regulamento.-----

---A maior disponibilização de recursos financeiros para as famílias numerosas, com mais filhos, pode e deve fazer-se através do IRS mais justo, mais progressivo e com escalões adequados, a recuperação da natalidade faz-se com o fim da precariedade laboral, com melhores serviços públicos de apoio à parentalidade e melhores expectativas de vida para os jovens.-----

---Apresentou uma gestão alternativa: que cada vez que fosse registado um novo bebé no nosso concelho fosse entregue um cheque adicional nesse mesmo valor aos serviços públicos da educação pois estes estão carenciados e os recursos extremamente insuficientes, especialmente porque o nosso jardim-de-infância está lotado, todos eles assim com as escolas, portanto podem não nascer, mas existem muitas crianças no nosso concelho e agora proporcionar-lhes mais e melhor que é essa a nossa função. -----

Carla Lopes (CHEGA): É lógico que é a favor, pois todos querem mais crianças no nosso concelho, no entanto, realça a importância de que sejam aplicados critérios bem rigorosos a quem serão entregues os mesmos apoios. Realmente existem pessoas novas que estão no Entroncamento e participam na sua economia, que estão para o bem, aquelas que estejam cá para trabalhar, com educação e sejam civilizadas, mas que estes não devem ser entregues a quem não contribua para o bem do Entroncamento. -----

---Não havendo mais inscrições para intervir, foi o ponto colocado a votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO-----

--- O Ponto número quatro, foi aprovado por maioria, com oito votos a favor do Partido Socialista, três votos a favor do Partido Chega, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do Centro Democrático social, e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e São João Baptista; um voto contra o Bloco de Esquerda e sete abstenções do Partido Social Democrata. -----

---Também o Partido Social Democrata, apresentou a seguinte declaração de voto:-----

«Os eleitos do PSD abstiveram-se na votação do Regulamento pois, embora considerando a relevância do tema, entendem que o mesmo regulamento é pouco ambicioso, vago e omissivo.

1) Pouco ambicioso, pois um regulamento desta natureza só se justifica enquanto inserido numa estratégia mais alargada. E mesmo não existindo esse enquadramento, a medida por si só, devia ser mais impactante, o que no caso também não se verifica, já que: -----

- A verba a atribuir é muito pouco significativa, e... -----

- Não se preveem quaisquer mecanismos de continuidade no apoio, como por exemplo no âmbito do apoio a creches e ao acesso a atividades desportivas adequadas, pelo menos até aos dois anos de idade;-----

2) Vago quanto aos mecanismos de fiscalização da atribuição do apoio. -----

3) Omissivo quanto à estratégia de fixação da população mais jovem na cidade.» -----

PONTO NÚMERO CINCO-----

TRASEFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

PROPOSTA DE NÃO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS- ano 2022- ação social, nos termos do n.º5 do artigo 24 do Decreto- Lei n.º55/2020, de 12 de agosto, alterado pelo

Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro:-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto, referindo deste modo que a prorrogação do prazo para exercício de competências, para as Autarquias Locais para o ano 2022, no domínio da Ação Social até 1 de janeiro de 2023, fora aprovado por maioria, na reunião do Executivo, de 15 de fevereiro corrente. -----

---Não havendo inscrições para intervir, foi o ponto colocado a votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO:-----

--- O Ponto número cinco foi aprovado por maioria, com oito votos a favor do Partido Socialista, sete votos a favor do Partido Social Democrata, um voto a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do Centro Democrático Social, e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Nossa Senhora de Fátima e São João Baptista e, três abstenções do Partido Chega. -----

PONTO NÚMERO SEIS-----

RSTJ- GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, EIM,SA- DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO, para nos termos dos artigos n.ºs 25.º e 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto:-----

---O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo o Executivo tomou conhecimento reunião de 15 de fevereiro de 2022, da proposta de designação do Fiscal Único da RSTJ Gestão de Tratamento de Resíduos S.A. aprovada, por unanimidade, na sua Assembleia Geral Eleitoral de 09 de novembro de 2021. -----

---Não havendo inscrições para intervir, foi o ponto colocado a votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS:-----

---O Ponto número seis foi aprovado, por maioria, sendo oito votos a favor do Partido Socialista, sete votos a favor do Partido Social Democrata, um voto a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e São João Baptista, três abstenções do Partido Chega e uma abstenção da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO SETE-----

EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL (EIVL), de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de janeiro e da Lei 75/201:-----

--- O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, recordando que se trata de um pedido da Câmara Municipal para que sejam indicados representantes da Assembleia Municipal para a Equipa para a igualdade na vida local (EIVL), de acordo com o Protocolo de cooperação entre o município do Entroncamento e a Comissão para a Cidadania e a Cidadania e Igualdade de Género, a qual integra 4 representantes da Assembleia Municipal, sendo um destes, Presidente de Junta de Freguesia. Foi apresentada a seguinte proposta designada por lista A:---

--- O Sr. Rui Maurício, Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista-----

---Susana Isabel Caetano Domingos (PS). -----

---Maria Paula Fernandes Aparício (PSD).-----

--- José Eduardo Madeira Celeiro Diniz Rebelo (CDS-PP). -----

---Feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a votação, após o escrutínio por voto secreto, tendo-se obtido a seguinte votação: Dezanove votos SIM e quatro BRANCOS.-----

PONTO NÚMERO OITO-----

DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) DO ENTRONCAMENTO:-----

--- **Ricardo Antunes (PS):** Interveio, referindo que a bancada do Partido Socialista gostaria de indicar como representante da Assembleia Municipal, Ricardo José Pires Antunes para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM em representação da Assembleia

Municipal.-----
---Feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a votação, após o escrutínio por voto secreto, obteve-se a seguinte votação: Dezanove votos SIM; Um voto NÃO e Três votos BRANCOS.-----

Pedro Gonçalves (CDS-PP): Informou que o CDS na próxima Comissão Permanente irá propor a criação de uma Comissão da Assembleia Municipal para Acompanhamento do PDM.-

PONTO NÚMERO NOVE-----

DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE (ACES) DO MÉDIO TEJO: -----

--- **Paula Carloto (PSD):** Referiu que o grupo do PSD, indica como representante da Assembleia Municipal, Tiago Nuno Alfaro de Lima Pereira para fazer parte do Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Médio Tejo. -----

---Feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a votação, após o escrutínio por voto secreto, obteve-se a seguinte votação: Dezanove votos SIM; Um voto NÃO e Três votos BRANCOS. -----

PONTO NÚMERO DEZ-----

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES REFERENTE AO ANO DE 2021 DA CPCJ, de acordo com o artigo 32.º da Lei 147/2019, de 1 de setembro, alterada pela Lei 142/2015, de 8 de setembro: -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo que se trata da apreciação do Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do concelho do Entroncamento referente ao ano de 2021, de acordo com o artigo n.º 32 da lei n.º 147/99 de 1 de setembro, alterada pela lei n.º 142/15 de 8 de setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.-----

---A Assembleia Municipal apreciou este Relatório. -----

--- Todas as deliberações desta Sessão Ordinária foram tomadas em minuta, para produzir efeitos imediatos.-----

---Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois.-----

--- A presente ata, depois de lida e visada, vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pelos restantes membros da Mesa.-----

---O Presidente da Assembleia Municipal:

---A 1ª. Secretária:

---A 2ª Secretária: